

## A presença das mulheres no parlamento brasileiro

Renato Abramowicz Santos

Natália Paiva<sup>1</sup>

Junho/2014

Apesar de representarem mais da metade da população e 45% da força de trabalho ocupada do país, as mulheres seguem sendo sub-representadas nos parlamentos brasileiros. Elas são 9% na Câmara dos Deputados, 13% no Senado Federal e, em média, 13% nas Assembleias Legislativas, considerando as eleitas em 2010. Isso faz com que a representação política feminina no Brasil seja uma das piores do mundo: em estudo da Inter-Parliamentary Union (IPU)<sup>2</sup> que compara a participação das mulheres no Poder Legislativo de 145 países, o Brasil patina na 126ª posição.

Levantamento da Transparência Brasil mostra ainda que as candidatas arrecadam em média até 68% menos do que os candidatos e que a maioria das bem-sucedidas são alavancadas por parentes políticos – em sua maior parte, homens.

A legislação eleitoral brasileira (art. 10, parágrafo 3º da Lei 9.504/97) estabelece a obrigatoriedade de que ao menos 30% das candidaturas de partidos e de coligações em eleições proporcionais correspondam a mulheres. Em 2010, apenas treze unidades da federação registraram mais de 25% de candidatas em relação ao total de postulantes a deputados estaduais; no caso de candidatos a deputados federais, foram apenas onze estados com mais de ¼ de mulheres entre eles. Como muitas das candidaturas femininas são registradas apenas com vistas ao cumprimento da cota obrigatória, a taxa de sucesso das mulheres é bem mais baixa, e há muita disparidade no financiamento das postulantes.

O pleito para o Senado não é proporcional, de modo que a obrigatoriedade da lei não se aplica a esse caso. Ainda assim, é notável observar que em 2010 apenas cinco estados contaram com mais de 25% de mulheres candidatas.

Em 2010, 45 das 1.335 mulheres que concorreram ao cargo de deputada federal foram bem-sucedidas – ou seja, 3,4%, enquanto os homens tiveram taxa de sucesso de 10%. Um forte indício de que muitas mulheres registram candidaturas apenas para cumprir cota partidária é a baixa média do financiamento eleitoral das candidatas, em comparação ao arrecadado pelas que são de fato eleitas: R\$ 57.290 e R\$ 1.011.352, respectivamente. Ou seja, para uma mulher se eleger deputada federal ela teve de arrecadar, em média, 18 vezes mais do que a média das candidatas; entre os homens deputados federais, essa diferença foi de seis vezes.

Para o cargo de deputada estadual, a situação é semelhante: 138 das 3.498 candidatas foram eleitas – ou seja, apenas 4% do total, percentual bem inferior aos 8% de homens bem-sucedidos. Enquanto a média de arrecadação de todas as candidatas foi de R\$ 33.908, as bem-sucedidas tiveram financiamento médio de R\$ 389.429 (onze vezes mais). Para os deputados estaduais homens também há diferença entre eleitos e candidatos, mas a disparidade é menor – os eleitos arrecadaram seis vezes mais do que os não eleitos.

---

<sup>1</sup> Pesquisador e coordenadora-geral da Transparência Brasil. Direção: Claudio Weber Abramo, diretor-executivo.

<sup>2</sup> <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acessado em 30/05/2014.

Para o Senado, a taxa de sucesso das mulheres (26%) é semelhante à dos homens (25%). A relação entre os montantes arrecadados por todas as candidatas e pelas eleitas também é menos discrepante: candidatas conseguiram arrecadar, em média, R\$ 1.592.995, enquanto as sete bem-sucedidas em 2010 tiveram financiamento médio de R\$ 4.892.082 – puxadas por Marta Suplicy (PT-SP) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), que arrecadaram R\$ 9.317.831 e R\$ 7.958.822, respectivamente.

#### *Arrecadação de mulheres e homens*

Em média, as candidatas a deputada federal arrecadaram, em 2010, 68% menos do que os candidatos: R\$ 57.290 e R\$ 179.961, respectivamente. Entre deputadas e deputados eleitos, a diferença foi menor, 11% (R\$ 1.011.352 e R\$ 1.135.433).

As postulantes a deputada estadual tiveram financiamento médio 52% mais baixo (mulheres, R\$ 33.908; e homens, R\$ 70.130). As eleitas, 10% a menos (R\$ 389.429 e R\$ 433.775).

No caso do Senado, para o qual apenas 7 dos 54 eleitos em 2010 eram mulheres, ocorre uma distorção estatística. As poucas que conseguiram lograr êxito tiveram de arrecadar, em média, 27% mais do que os senadores que se elegeram: R\$ 4.892.083 frente a R\$ 3.858.936. A arrecadação média de candidatas e de candidatos foi praticamente igual (R\$ 1.592.995 e R\$ 1.454.343).

#### *Parentes*

Com menos dinheiro, as parlamentares costumam valer-se indiretamente de outro capital: o parentesco político. Entre as eleitas de 2010, a maioria foi alavancada por parentes que ocupavam ou já ocuparam algum cargo eletivo: 58% na Câmara dos Deputados, 59% nas Assembleias e 86% no Senado. Entre as deputadas estaduais e as senadoras, as relações de parentesco não apresentam relação com o financiamento eleitoral. No caso das deputadas federais eleitas, no entanto, as parlamentares com parentes políticos conseguiram arrecadar, em média, quase o dobro do que as sem parentes: R\$ 1.242.167 e R\$ 695.500, respectivamente.

**Tabela I – Mulheres parlamentares e com parentesco político**

	Mulheres em relação ao total	Mulheres com parentes	Homens e mulheres com parentes
<i>Deputados(as) federais</i>	9%	58%	44%
<i>Senadores(as)</i>	13%	86%	65%
<i>Deputados(as) estaduais</i>	13%	59%	Sem dados

*Estados*

Entre as Assembleias Legislativas, Amapá, Sergipe, Piauí e Rio de Janeiro encabeçam a lista de estados que conseguiram a maior representação feminina nas eleições de 2010, conforme aponta a Tabela II. Os estados cujas bancadas na Câmara dos Deputados apresentam maior participação de mulheres são Espírito Santo (40%), Amapá (38%), Distrito Federal (25%) e Rio Grande do Norte (25%). No Senado, onde apenas sete senadoras foram eleitas, nenhum estado tem mais de uma senadora mulher.

**Tabela II. Porcentagem de deputadas por Assembleia estadual**

<b>Estado</b>	<b>%</b>
<i>AP</i>	29%
<i>SE</i>	25%
<i>PI</i>	23%
<i>RJ</i>	19%
<i>BA</i>	17%
<i>PA</i>	17%
<i>DF</i>	17%
<i>MA</i>	17%
<i>PB</i>	17%
<i>TO</i>	17%
<i>AC</i>	17%
<i>RS</i>	15%
<i>ES</i>	13%
<i>CE</i>	13%
<i>RN</i>	13%
<i>RO</i>	13%
<i>SP</i>	11%
<i>SC</i>	10%
<i>AM</i>	8%
<i>MT</i>	8%
<i>MS</i>	8%
<i>RR</i>	8%
<i>PE</i>	8%
<i>AL</i>	7%
<i>PR</i>	7%
<i>MG</i>	5%
<i>GO</i>	5%

Tabela III. Porcentagem de congressistas por estado e por casa legislativa

<b>UF</b>	<b>Câmara</b>	<b>%</b>	<b>Senado</b>	<b>%</b>
AC	2	25%	0	0%
AL	2	22%	0	0%
AM	1	13%	1	33%
AP	3	38%	0	0%
BA	1	3%	1	33%
CE	1	5%	0	0%
DF	2	25%	0	0%
ES	4	40%	0	0%
GO	2	12%	1	33%
MA	1	6%	0	0%
MG	1	2%	0	0%
MS	0	0%	0	0%
MT	0	0%	0	0%
PA	1	6%	0	0%
PB	1	8%	0	0%
PE	2	8%	0	0%
PI	1	10%	0	0%
PR	2	7%	1	33%
RJ	4	9%	0	0%
RN	2	25%	0	0%
RO	1	13%	0	0%
RR	1	13%	1	33%
RS	2	6%	1	33%
SC	1	6%	0	0%
SE	0	0%	0	0%
SP	6	9%	1	33%
TO	1	13%	0	0%
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>9%</b>	<b>7</b>	<b>13%</b>

## Partidos

Entre os partidos mais representativos (com mais de 10 parlamentares), o PC do B é o que tem a maior bancada feminina: 6 dos 15 deputados federais eleitos em 2010 pela legenda. Em seguida vêm PSB, PSC e PT, como indica a Tabela IV.

**Tabela IV. Porcentagem de deputados federais eleitos em 2010, por partido**

<b>Partido</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<i>PC do B</i>	6	15	40%
<i>PT do B</i>	1	3	33%
<i>PMN</i>	1	4	25%
<i>PSB</i>	5	35	14%
<i>PSC</i>	2	17	12%
<i>PT</i>	8	86	9%
<i>PP</i>	4	44	9%
<i>PMDB</i>	7	78	9%
<i>PV</i>	1	13	8%
<i>PDT</i>	2	27	7%
<i>PSDB</i>	3	54	6%
<i>PR</i>	2	41	5%
<i>DEM</i>	2	43	5%
<i>PTB</i>	1	22	5%
<i>PPS</i>	0	12	0%
<i>PRB</i>	0	8	0%
<i>PSOL</i>	0	3	0%
<i>PHS</i>	0	2	0%
<i>PRP</i>	0	2	0%
<i>PRTB</i>	0	2	0%
<i>PSL</i>	0	1	0%
<i>PTC</i>	0	1	0%
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>513</b>	<b>9%</b>